

RESUMO: Artigo com viés crítico que tem por meta provocar a reintegração dos estudos filológicos nas práticas de ensino da língua portuguesa, com vistas a reorientar a discussão dos conteúdos lingüístico-gramaticais por meio da exploração dos textos. Recuperar a atenção à lição dos textos como documento histórico, lingüístico e cultural pelo qual se pode conhecer e compreender um povo, uma nação, uma nacionalidade. Retomar a noção de língua como fator de autonomia e soberania do ponto de vista da nação e como condição de cidadania e participação política no que tange ao povo. Demonstrar a possibilidade de aliança entre a rede mundial de computadores e as práticas filológicas como meio de enriquecimento do ensino do vernáculo. Por fim, reunir filologia, internet e ensino da língua como meios de uma educação lingüística que de fato prepare os sujeitos para a vida.

Palavras-chave: filologia – ensino da língua – internet

ABSTRACT: Article with critical bias that has for goal to provoke the reintegration of the philological studies in the teaching Portuguese language, towards to reorient the quarrel of the linguistic-grammatical contents through the texts exploration. To recoup the attention to the texts teaching as historical, linguistic and cultural document for which people can know and understand a nation, a nationality. To retake the language notion as factor of autonomy and independence of the point of view of the nation and as condition of citizenship and politics participation in what it refers to the people. To demonstrate that is possible an alliance between the world-wide net of computers and the philological practice as a method of enrichment of the vernacular education. Finally, to congregate philology, Internet and language teaching as media of a linguistic education that really prepares the citizens for the life.

Key words: philology – language teaching – web

1. Preliminares

Considerando o caráter histórico dos estudos filológicos, urge articulá-los com estudos e pesquisas em desenvolvimento que tratem do ensino da língua nacional numa era emoldurada pela rede mundial de computadores, conhecida como INTERNET. A justificativa dessa necessidade é o fato de estarem nascendo graves equívocos no que tange às mudanças lingüísticas e à evolução das línguas. O surgimento de escritas especiais decorrentes da pressa da comunicação digital em contextos informais (*chats, blogs, etc.*) tem levado os falantes, os professores e os próprios pesquisadores a veicularem a idéia de que a escrita virtual venha a promover uma mudança na ortografia das línguas.

Observe-se que *ortografia* designa sistema normativo que gerencia o processo da grafia da língua no uso padrão com vistas a neutralizar os fatos fonomórficos decorrentes da variação lingüística e garantir uma compreensão ampla dos textos verbais escritos no mundo lusófono, como é o nosso caso. Logo, escritas emergenciais, apressadas, secretas, cifradas, etc. são possibilidades que sempre existiram e existirão na grafiação das línguas. Contudo, os equívocos sociais, culturais e educacionais vêm pressionando a inserção dessas escritas nas classes de língua portuguesa, sob a alegação de que já é uma realidade irreversível e que a escola não pode ignorá-la.

É claro que a escola não pode alienar-se dos fatos sócio-culturais que a envolvem, no entanto, considerado o estado atual do domínio de língua da média de falantes que atingem o ensino superior no Brasil, verifica-se a urgência de retomada do objetivo maior da educação lingüística: aquisição do domínio do uso padrão da língua para o exercício pleno da cidadania.

¹ A autora é Doutora em Letras Vernáculas (UFRJ, 1994), Professora Adjunta de Língua Portuguesa da UERJ (desde 1995); Líder do GrPesq Semiótica, Leitura e Produção de Textos; Representante Nacional na Federación Latinoamericana de Semiótica FELS, Assessora Acadêmica da Sociedade Unificada de Ensino Superior e Cultura -SUESC-RJ e Pós-doutoranda na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. www.darcilia.simoes.com

O leitor então indagaria: o que a Filologia tem a ver com isso? E eu respondo: a perda do compromisso com os textos escritos exemplares para a aquisição de habilidades expressivas faz com que o ensino da língua se restrinja a operar com variedades lingüísticas originárias dos falantes, em especial a variedade popular, sob o alibi de que é preciso comunicar-se com o aluno, fazer-se entender por ele. No entanto, essa atitude levada ao extremo tem resultado num processo de estratificação lingüística cada vez maior, uma vez que os estudantes passam pela escola sem ganhar novos modelos de fala (sentido saussuriano). Isso significa que a escola se tornou inócua, uma vez que o não-domínio da língua padrão é impeditivo grave para o progresso intelectual dos sujeitos, porque a informação letrada é indispensável ao crescimento pessoal do ser humano. Assim sendo, impõe-se a revigoração dos estudos filológicos, sobretudo na formação docente, no sentido de apetrechar esses profissionais para o ensino consciente da língua nacional. O conhecimento das raízes históricas da língua e de sua evolução por meio do documento textual é o caminho mais firme para a consolidação de uma base lingüístico-gramatical consistente e suficiente para o bom ensino.

Ainda que seja indispensável distinguir os domínios lingüísticos de docentes e falantes comuns, cumpre lembrar que a formação contemporânea tem resumido o ensino da língua a um único modelo em que professores e alunos se confundem na variedade popular (ou coloquial distensa), e o ensino, atropelado pelas novas modalidades em expansão (sobretudo o *internetês* e o *informatiquês*), perde-se de sua meta (ensinar o uso padrão) e faz com que o aluno não veja sentido nas aulas de língua: ou porque se mantém ortodoxas na gramatiquice preconceituosa ou porque repete em classe o que o aluno aprende com, sem e apesar da escola²: as variedades não-padrão.

2. Filologia e Internet

A despeito das considerações acerca de escritas paralelas geradas pela comunicação digital (ou virtual), a Internet pode tornar-se forte aliada na retomada de uma atitude filológica no ensino da língua. Não que eu pregue o ensino gramaticalista e nomenclatural ilustrado por exemplos textuais quase sempre extemporâneos e exóticos aos olhos dos estudantes. Mas reconheço que atitudes radicais acerca do não-ensino da gramática têm trazido os piores resultados para a escola brasileira.

Cumpre lembrar que os problemas de uma má educação lingüística que se estende, pelo menos, desde a Reforma Passarinho (Lei 5692/71) atingem uma significativa parcela de docentes já inseridos no ambiente profissional e muitos deles já atuantes no ensino superior. Ainda que essa formação não tenha sido eleita por tais sujeitos, foi a que receberam e nela se organizam para formar seus alunos. Assim tem-se uma bola de neve que vem trazendo cumulativamente problemas e mais problemas no domínio vernáculo; e disso resulta uma sociedade politicamente impotente em função de sua indigência intelectual que a impede de penetrar nos subterrâneos dos textos políticos circulantes e se deixa manipular pelos interesses mais perversos e egoístas.

A educação lingüística com bases filológicas insere o sujeito no mundo letrado, dando-lhe instrumentos de desenvolvimento intelectual pleno, pois, na lição dos textos, descortina-se um mundo de riquezas que provocam os leitores a refletir, a indagar, a questionar, a discordar, a propor, etc.

Ilustrando com palavras do filólogo Leodegário de Azevedo Filho³:

Através da língua é que se estrutura a razão. É com ela que o indivíduo sonha, imagina e raciocina”.

As palavras do mestre reforçam-me a idéia de que saber a língua é ganhar autonomia e independência. A filologia dá aos sujeitos a bússola que os conduz ao conhecimento enciclopédico subjacente aos textos e, dessa forma, amplia-lhes o universo cultural possibilitando-lhes a participação política efetiva. Para tanto, a Internet pode propiciar o acesso a textos de toda sorte, principalmente os clássicos, os técnico-científicos, que trazem para os leitores informações sócio-históricas agregadas às palavras e às estruturas textuais.

Por meio da Internet, podemos obter um corpus riquíssimo e, a partir dele, realizar proveitosas investigações lingüístico-filológicas que situarão os sujeitos e os temas no tempo e no espaço.

Para demonstrar, vejamos:

² Lembrando aqui o valoroso pedagogo Lourenço Filho, educador brasileiro conhecido sobretudo por sua participação no movimento dos pioneiros da Escola Nova. <http://www.centrorefeducacional.com.br/lourefil.htm> Acesso em: 13/7/2006 21:36

³ <http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=79>

A filologia trabalha com várias áreas do saber, tais como a Retórica, a Poética, a Gramática, a Lingüística, a Lexicografia, a Prosódia, a Métrica, a Estilística e a Teoria e História da Literatura. A história da filologia remonta à Antiguidade e às primeiras análises interpretativas da obra de Homero já no século VI a.C..⁴

A **filologia** (do grego antigo Φιλολογία, "amor ao estudo, à instrução") é a ciência que estuda uma língua sob a óptica histórica, a partir de documentos escritos. Trata-se de abordar cientificamente o estudo do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, especialmente a pesquisa da história de sua morfologia e fonologia, baseando-se na crítica dos textos redigidos nessas línguas.

A filologia aborda também problemas de datação, localização e edição de textos. Para tanto, ela apoia-se na História e em seus ramos (como a história das religiões etc.), na lingüística, na gramática, na estilística, mas também em disciplinas ligadas à arqueologia como a epigrafia ou a papirologia. Outro ramo do conhecimento estreitamente ligado à filologia é a paleografia.

Baseando-se no registro documental de textos antigos, o filólogo pode traçar o desenvolvimento de uma linguagem humana ou da expressão de um povo.⁵

Os dois excertos de arquivos virtuais parecem-me comprovar a hipótese de aliança entre o antigo e o novo, representados, respectivamente, pela Filologia e pela Internet. Isso sustenta uma reflexão grave acerca dos caminhos seguidos pelo ensino do vernáculo. Desde a Lei 5692/71 (tomei essa referência por coincidir com o início do meu exercício profissional oficial⁶) venho testemunhando propostas de mudança na abordagem da língua: de uma tradição gramaticalista radical (de que participei como estudante) passou-se para um ensino pautado na teoria da informação, em seguida para a teoria lingüística, adiante para as abordagens textuais; e docentes e discentes foram perdendo-se em meio a tantas mudanças a tantos jargões, e o ensino da língua propriamente dito caiu no vácuo.

As próprias práticas de letramento foram sucessivamente atropeladas pelas mais variadas correntes teóricas de modo a produzir um efeito desastroso: hoje, um aluno do segundo segmento da escola básica (5ª a 8ª séries) ainda não conseguiu adquirir a língua escrita de modo satisfatório.

Continuando a explorar o potencial da Internet, temos:

Os primeiros documentos sobre a cátedra de Filologia Portuguesa, notadamente o relatório *O ensino da Língua, Portuguesa perante as necessidades universitárias do Brasil*, com que o professor Rebelo Gonçalves, primeiro responsável por ela, atendia ao pedido da Diretoria da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de um parecer sincero, não só sobre as deficiências encontradas na organização da Faculdade e no preparo dos alunos, como também sobre os rumos a dar ao ensino ministrado", são ao mesmo tempo um diagnóstico da situação do ensino de língua portuguesa (e, de certa forma, também das humanidades) na ocasião, em São Paulo, e uma proposta de ação sobre ele, como eixo de uma orientação geral e, conseqüentemente, de um programa de estudos que fosse atingir o ensino em outros níveis, igualmente necessitado de uma reforma (In *Anuário*, 1934-1935, p. 191-197).⁷

Observe-se que o fragmento do artigo "Filologia e Língua Portuguesa: histórico"⁸ de autoria de Lygia Corrêa Dias de Moraes⁹ trata de problemas relacionados ao ensino da língua e demonstra o quanto é antiga a preocupação com reformas político-pedagógicas destinadas à proficiência do ensino do vernáculo. Além da convergência de opinião que endossa a minha fala, o texto disponibilizado pela rede mundial de computadores leva-me a conhecer escritos antigos dos quais se pode extrair informações lingüístico-gramaticais e sócio-históricas, descortinando assim uma gama muito ampla de informações.

Constata-se então nessa pequena mostra a produtividade da Internet a partir de uma busca orientada de dados. E essa orientação pode advir de um trabalho com os textos voltado para a aquisição da competência verbal padrão e, ao mesmo tempo, provocadores de uma curiosidade enciclopédica que estimule pesquisas enriquecedoras, das quais se possa tirar conclusões acerca do valor dos estudos filológicos.

⁴ <http://sescsp.uol.com.br/sesc/convivencia/oficina/livrovivo/filologia.htm#>

⁵ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Filologia>

⁶ Ingressei na SEE/RJ, no ensino de 1º grau (primário na época) em março de 1970.

⁷ http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141994000300054&script=sci_arttext#1not

⁸ In *Estud. av.* vol.8 no.22 São Paulo Sept./Dec. 1994

⁹ Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

3. Filologia e política do idioma

“O português não é a língua oficial dos negócios do mundo, que, obviamente, é a inglesa. Ela resiste, são centenas de milhões de pessoas a falar a língua. Entretanto, está repleta de anglicismos. Temo pela macdonaldização da língua portuguesa” – afirma o autor de “O evangelho Segundo Jesus Cristo”.¹⁰

Parto dessa declaração de José Saramago (Prêmio Nobel de Literatura) com vistas a provocar uma reflexão séria sobre a inexistência de uma política do idioma nacional brasileira. Longe da hipótese de legislar-se sobre a língua como propunha Aldo Rebelo (Projeto de Lei sobre Estrangeirismos) e aceitar a idéia de Marouzeau sobre a Gramática, por ele considerada como *affaire d'Etat*¹¹ (coisa de Estado), entendo que a política educacional deve conter parâmetros objetivos e ideologicamente sustentados, no sentido de garantir à língua a condição de fator de identidade e soberania nacional.

Não defendo mecanismos de impermeabilidade lingüística, o que seria uma sandice. Mas entendo a preocupação do filósofo João Ricardo Moderno¹² expressa em:

“O descaso para com o idioma falado no Brasil chegou ao limite. É hora de dizer um basta, caso contrário, correremos o risco de perder a nossa identidade cultural e nosso vínculo ético e moral com o país. O Brasil, infelizmente, não está sabendo proteger sua língua. Isto é muito triste, porque ela é muito mais estratégica e infinitamente mais importante que um monopólio de petróleo”.

Volto então à importância da filologia nesse cenário. A lição dos textos seria uma forma de garantir a unidade lingüística e a educação lingüística do povo, tornando-o apto a “mastigar e engolir a boa expressão” e “cuspir” expressões alienígenas “enfiadas língua abaixo” por forças várias, como: falas impregnadas de modismos (gerundismo, dequeísmo, etc.) e jargões inoportunos (Ex. Senhores passageiros, queriam por favor, *acessar* suas poltronas. - Comando de operador de transportes) ou desnecessários (Ex. *Delete* isso de sua memória. – expressão corrente.) Tudo isso seria percebido como transplante rejeitado, e o falante, que é o gerador da língua, impediria que o curso das transformações fosse acelerado e desvirtuado pela entrada de formas que passam de *inoportunas* a *importunas* (parodiando Machado de Assis em “Brás Cubas”¹³).

4. Filologia e ensino: uma conclusão

Observe-se que este artigo, sem pretensões literárias, já pode dar mostras do que é o texto escrito se tomado como porta de entrada no conhecimento documentado. Não se quer aqui desprestigiar os povos ágrafos e a cultura não-verbal, uma vez que nossa investigação atual se nutre da semiótica de Peirce que tratou dos signos em geral sem deter-se, como Saussure, no signo lingüístico. No entanto, antes de manifestar-me como semioticista, apresento-me como professora de língua portuguesa como língua nacional, língua materna, enfim, professora do código que prevalece como símbolo da pátria e preserva a identidade nacional.

Chamo ao texto mais uma vez João Ricardo Moderno:

Sem língua não há nação, não tem pensamento, não tem nada. O país corre risco de virar um quintal que pode ser facilmente colonizado. Quando se fala no desenvolvimento de uma nação tem que se partir do princípio de que se está falando de pessoas que buscam esse desenvolvimento. São pessoas que só conseguirão alguma coisa se estiverem pensando através de uma língua. Nesse sentido, a preservação da língua portuguesa é fundamental ao pensamento brasileiro, para que ele possa se desenvolver e ajudar o país a se desenvolver.¹⁴

¹⁰ “COM A LÍNGUA DE FORA” - Alécio Cunha (Repórter) - Hoje em dia – MG, caderno Cultura, 18/02/2001. <http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=79>

¹¹ Chaves de Melo, Gladstone. *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

¹² Professor Adjunto de Filosofia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹³ Capítulo - “O Momento Oportuno”. (...) Estremeci, fitei-a, vi que a indignação era sincera; então ocorreu-me que talvez eu tivesse provocado alguma vez aquela mesma careta, e compreendi logo toda a grandeza da minha evolução. Tinha vindo de importuno a oportuno. Texto-base digitalizado por: Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Lingüística (<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/literat.html>)

In <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/autores/machadodeassis/brascubas/cubas.html> Acesso em 13/7/2006 21:02

¹⁴ Op. cit.

Nesse sentido é inegável o valor do estudo filológico com que se conhecerá toda a história da formação da nacionalidade portuguesa, o estabelecimento da língua portuguesa no território brasileiro e sua institucionalização como marca nacional. É na lição dos textos, a partir de uma leitura crítica e madura, que se vão desvelar as curiosidades da língua e da cultura que ela representa. É nos textos que estão gravadas as “digitais” que nos identificam como brasileiros e nos distinguem dos lusitanos. De Camões a Nélida Piñon temos um universo a conhecer e de lá trazer bagagem lingüístico-cultural que nos faça orgulhar-nos de ser falantes do português, independentemente de compará-lo a qualquer outro sistema lingüístico. Língua de comércio e de negócios ou não, o português é a nossa língua e por meio dela documenta-se nossa história. Portanto, cumpre reunir o antigo e o mais recente, nesse artigo representados, respectivamente, pela Filologia e pela Internet em prol da construção de uma política do idioma de um ensino proficiente da língua do Brasil.